

## As hortas comunitárias do Baixo Onça: coletividades e natureza na periferia

The community gardens of Baixo Onça: collectivities and nature on the periphery

Las huertas comunitarias de Baixo Onça: colectividades y naturaleza en la periferia

Victor Gabriel de Souza Lima Alencar – [victoralencar.aue@gmail.com](mailto:victoralencar.aue@gmail.com)  
Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); pesquisador no grupo  
AUÊ! – Estudos em Agricultura Urbana da UFMG;  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6050535969873206>

José Camilo Carlos Júnior – [jccjunior@gmail.com](mailto:jccjunior@gmail.com)  
Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2346243083632949>

### Resumo

As hortas comunitárias do Baixo Onça, no município de Belo Horizonte (Minas Gerais, Brasil), revelam a potência de práticas coletivas de agricultura urbana agroecológica na periferia, articulando produção de alimentos, luta socioambiental e organização comunitária. Com base em reflexões e resultados de duas dissertações de mestrado, o artigo apresenta como essas experiências no território integram sujeitos, saberes e bens naturais, bem como renovam e questionam as relações entre natureza e cidade. Apesar de limitações e contradições, ensinam a ver e a imaginar o urbano a partir dos elementos da natureza, em especial terra, biodiversidade, alimentos e água, (re)colocando-o como espaço de vida e ampliando a ideia de direito à cidade ao incorporar outros direitos.

**Palavras-chave:** Periferia, Agricultura urbana, Agroecologia, Direito à cidade, Direito Humano à Alimentação Adequada.

### Abstract

The community gardens of Baixo Onça, in the municipality of Belo Horizonte (Minas Gerais, Brazil), reveal the power of collective agroecological urban agriculture practices in the periphery, linking food production, socio-environmental struggles, and community organization. Based on reflections and results from two master's theses, the article presents how these experiences in the territory integrate subjects, knowledge, and natural assets, as well as renew and question the relationships between nature and the city. Despite limitations and contradictions, they teach us to see and imagine the urban environment based on elements of nature, especially land, biodiversity, food, and water, (re)positioning it as a living space and expanding the idea of the right to the city by incorporating other rights.

**Key words:** Periphery, Urban agriculture, Agroecology, Food security.

## Resumen

Las huertas comunitarias de Baixo Onça, en el municipio de Belo Horizonte (Minas Gerais, Brasil), revelan el potencial de las prácticas colectivas de agricultura urbana agroecológica en la periferia, articulando la producción de alimentos, la lucha socioambiental y la organización comunitaria. Basándose en las reflexiones y los resultados de dos tesis de maestría, el artículo presenta cómo estas experiencias en el territorio integran sujetos, conocimientos y bienes naturales, además de renovar y cuestionar las relaciones entre la naturaleza y la ciudad. A pesar de las limitaciones y contradicciones, enseñan a ver e imaginar lo urbano a partir de los elementos de la naturaleza, en especial la tierra, la biodiversidad, los alimentos y el agua, (re)situándolo como espacio de vida y ampliando la idea del derecho a la ciudad al incorporar otros derechos.

**Palavras-chave:** Periferia, Agricultura urbana, Agroecología, Derecho a la ciudad, seguridad alimentaria.

Recebido em: 31/01/2026  
Aceito para publicação: 24/03/2026

## Introdução

O conjunto de experiências das hortas comunitárias localizadas no Baixo Onça (sub-bacia da bacia hidrográfica do Ribeirão Onça, localizada nas regionais nordeste e norte do município Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, Brasil), têm evidenciado a riqueza de diferentes sujeitos, saberes, formas de organização social e espaços na periferia urbana. Tem mostrado também que a agricultura urbana é uma importante estratégia para o fornecimento de alimentação de qualidade e preservação, conservação e produção da natureza urbana, frente às emergências da fome e insegurança alimentar, bem como os decorrentes impactos ambientais das mudanças climáticas nas metrópoles.

Este trabalho apresenta reflexões e resultados de duas dissertações de mestrado: “Semeando e cultivando a agroecologia na metrópole de Belo Horizonte: agriculturas do Baixo Onça” (ALENCAR, 2022) e “Nas margens e nas bordas: dissenso e autonomia em torno do Ribeirão Onça” (CARLOS JÚNIOR, 2022). Ambas as pesquisas utilizaram de métodos de pesquisa qualitativa, como um extenso trabalho de campo, entrevistas, pesquisa documental e cartografias.

O artigo está estruturado em quatro partes, buscando narrar, analisar e refletir sobre as relações pouco evidenciadas entre periferia e natureza, bem como o papel que a agricultura urbana tem desempenhado nesse contexto. Tendo como base as experiências do Baixo Onça, tanto o conjunto de hortas comunitárias, quanto a proposta de um projeto urbanístico de base comunitária para a região, busca-se evidenciar iniciativas concretas em curso que caminham para a produção de um urbano possível, em que não dissocia cidade e natureza.

## Urbanização, periferia e natureza

É comum ainda identificar leituras sobre o urbano que o associa a uma espécie de antítese da natureza, ou ainda associa à cidade a um ambiente construído que se distinguiria substancialmente do campo (um ambiente natural). Entretanto, é necessário distinguir o urbano-industrial do *urbano* (LEFEBVRE, 2013), e compreender a natureza como parte fundamental dos processos de urbanização (COSTA, 2015; MONTE-MÓR, 2015).

Em princípio, o urbano não pode se restringir às lógicas hegemônicas originadas pelo processo de industrialização e urbanização pautados pelo modo de

produção capitalista – definido como urbano-industrial (LEFEBVRE, 1999). Ou seja, não se deve restringir o urbano à produção de infraestruturas e à lógica funcionalista de organização dos usos da cidade (moradia, comércio, serviços, etc), que serviram como base material para o desenvolvimento industrial capitalista. No urbano há também um conjunto complexo de relações socioespaciais e socioambientais que caminham para a criação e apropriação baseados nos valores de uso<sup>1</sup> - do usufruto dos espaços de lazer, da política, da urbanidade, da alimentação, da cultura, da natureza presente na urbanização. Cabe compreender quais são as coexistências, conflitos, contradições e as possibilidades de produção de espaços diferenciais – “um espaço em que cada ‘sujeito’ individual ou coletivo, reconstituído sobre esse novo fundamento, se habituaria ao uso e ao desfrute, é na atualidade um espaço em estado nascente, quase balbuciante” (LEFEBVRE, 2013, p. 413).

Do ponto de vista socioambiental, as discussões em torno da urbanização tem cada vez mais dado foco nas dimensões da natureza para pensar a produção do espaço da cidade, bem como das diferentes vulnerabilidades ambientais nas periferias urbanas. Os processos de urbanização, principalmente no contexto brasileiro, foram responsáveis por transformações dos espaços naturais – aniquilando-os ou deles se apropriando (COSTA, 2021). Entretanto, mesmo que negligenciadas, as áreas verdes, águas, biodiversidade, produção de alimentos, dentre outros elementos da natureza estão presentes nas cidades e são partes indissociáveis da urbanização, especialmente na periferia.

Retomar a natureza como dimensão constitutiva do urbano implica reconhecer que o espaço citadino não se limita ao construído - o urbano é também natureza, reconfigurado pelas práticas humanas e, nas periferias, frequentemente recriada como suporte de vida e resistência (HEYNEN; KAIKA; SWYNGEDOUW, 2006). Reconhecer a predominância de situações de impactos ambientais e potenciais conflitos em ambientes urbanos é necessário, mas é preciso incorporar a

---

<sup>1</sup> Lefebvre retoma a ideia de Marx (2011), de que o uso, a coisa útil (que pode ser sob diversos aspectos), por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer tipo, tornando-se assim um valor de uso. “Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” (MARX, 2011, p. 158). Essa concepção também se amplia para o espaço e sua materialidade.

potência do ambiente natural urbano sob a lógica de uso social não-produtivo e coletivo (COSTA, 2015).

Assim, os ambientes urbanos produzidos coletivamente abrem caminhos para se compreender a complexa interação de processos políticos, econômicos e sociais que moldam e remodelam as paisagens e a natureza urbana (HEYNEN; KAIKA; SWYNGEDOUW, 2006). Ao reconhecer a coexistência entre urbano, periferia e natureza, abre-se espaço para compreender formas de produção do espaço que se ancoram na construção coletiva de alternativas frente às formas hegemônicas. Como aponta Monte-Mór:

se o urbano-industrial vem produzindo de forma hegemônica o espaço em que vivemos, parece que só o urbano-natural pode garantir o espaço em que podemos viver. A chamada sustentabilidade urbana demanda o resgate radical da natureza, uma imbricação do tecido urbano com o espaço natural, a extensão da natureza dentro do urbano extensivo. Assim, o urbano que se anuncia é também o urbano-natural, cada vez mais fortemente impregnado na vida quotidiana, na produção de alimentos, nos parques lineares, nas matas urbanas, nos espaços de apropriação coletiva – espaços (e objetos) comuns (2015, p. 63).

Especificamente nos contextos periféricos, muitos estudos voltados à compreensão das dinâmicas que atravessam a sua constituição tem seus enfoques voltados, principalmente, para a questão divisão social do trabalho, da modernização das forças produtivas e do crescimento econômico-industrial e populacional (KOWARICK, 1979; SANTOS, 1994; SINGER, 1983), mas ainda com pouca presença da natureza nesses espaços. É evidente que essas questões são intrínsecas tanto às formas de acesso à terra pela população de baixa renda, tendo que encontrar em áreas muitas vezes afastadas e/ou ambientalmente frágeis para ocupação, quanto para as formas de organização e resistência às desigualdades. Dessa forma, as lógicas de produção do espaço urbano tem sido marcadas por um alto grau de segregação sócio-espacial e de desigualdades sociais, sob o modo de produção capitalista com várias consequências socioambientais (MONTE-MÓR, 2015).

Por outro lado, nas periferias podemos ver formas de produção do espaço pautadas pela solidariedade e ajuda mútua entre as pessoas, seja na construção das moradias e infraestruturas improvisadas, ou nos espaços coletivos de uso para lazer. Já as práticas de agricultura nesses locais tem mostrado e potencializado outra (re)inserção da natureza e lógicas que fogem da matriz capitalista voltada para o

lucro e mercadoria. Longe de se restringirem à condição de precariedade, as periferias urbanas constituem espaços de criação, de organização coletiva e de reinvenção da vida urbana.

Assim, as práticas emergentes nas periferias urbanas também revelam a possibilidade de construção de um urbano-natural, um modo de produzir e habitar a cidade que revaloriza o uso social da natureza e a ação coletiva como princípios estruturantes. É sob essa perspectiva que se pode compreender as experiências no Baixo Onça, onde a relação entre urbano, natureza e vida comunitária materializa formas alternativas de produção do espaço e de resistência às lógicas hegemônicas do urbano-industrial.

### **Agricultura urbana: conceitos, práticas sociais e relações com o urbano**

A agricultura urbana contribui para revelar e superar as antíteses ainda persistentes entre cidade e natureza, bem como entre o urbano e o rural. Embora ainda prevaleça a compreensão da agricultura como uma atividade essencialmente rural, as práticas agrícolas nas cidades e as relações entre agricultura e urbano não são exclusividades do mundo contemporâneo (SOJA, 2013; CASADEVANTE KOIS; MORÁN, 2016). As leituras dicotômicas tendem a invisibilizar essas experiências, reduzindo o potencial de fortalecimento da agricultura urbana e minimizando as múltiplas funções que ela desempenha em diferentes territórios, especialmente nas periferias urbanas.

Apesar de uma certa indefinição conceitual e teórica, especialmente sobre o adjetivo “periurbana” em muitas definições conceituais (inclusive em políticas públicas), compreende-se que a agricultura urbana possui múltiplos arranjos e interações com o ecossistema urbano, com as economias (principalmente populares e solidárias) e dinâmicas socioespaciais urbanas (MOUGEOT, 2000; 2005). Essa leitura contribui para ampliar e aprofundar o conceito amplamente utilizado no Brasil:

um conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agroextrativismo, etc) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados para o auto consumo, trocas e doações ou comercialização, (re)aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes, etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões

metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 13).

Cabe ressaltar que as iniciativas e práticas de agricultura urbana podem assumir orientações e motivações diversas, como as orientadas para a subsistência, as multifuncionais e as orientadas para o mercado (VEENHUIZEM, 2006). Inclusive práticas que podem reproduzir lógicas capitalistas de acumulação, de mercantilização do alimento e certo distanciamento da natureza. Dessa forma, as aproximações com a agroecologia<sup>2</sup> contribuem para compreender e fortalecer um conjunto expressivo de iniciativas que adotam e inserem em suas práticas a reprodução da vida e da natureza como elementos estruturantes - *as agriculturas urbanas agroecológicas*.

As agriculturas urbanas agroecológicas são diversas, como quintais produtivos, hortas comunitárias, pomares, agroflorestas, farmácias vivas, hortos medicinais, jardins, cozinhas solidárias, iniciativas de comercialização, como feiras, grupos de compras, dentre outros. Estão localizadas em espaços públicos e/ou privados, como em lotes vagos, áreas remanescentes de loteamentos, áreas em parques, praças, margens de rodovias, canteiros de avenidas, áreas sob linhas de transmissão de energia, terraços de edifícios, dentre outros espaços. Esse conjunto de experiências podem ter origens distintas, como fruto das iniciativas de ações governamentais, mas também de sujeitos que se reúnem e se encontram para transformarem os espaços das cidades a partir de motivações diversas (ALENCAR, 2022).

Essas iniciativas e práticas, especialmente as coletivas, apresentam um complexo emaranhado de culturas e saberes de origens rurais e urbanas que se combinam no cotidiano dos lugares em que se encontram. Há uma forte presença

---

<sup>2</sup>Compreende-se a agroecologia como um movimento social, uma ciência e uma prática social (WEZEL et al., 2009), que busca construir, sistematizar e promover um conjunto de princípios, conceitos, teorias e metodologias que orientam a construção de um novo paradigma para a agricultura. Além dessa concepção, bastante utilizada no Brasil, a agroecologia tem sido recorrentemente associada a um campo acadêmico e político que faz convergir diferentes sujeitos, perspectivas, leituras de mundo, cosmovisões, lutas e construções sociais em torno da agricultura e todos os temas e pautas que ela mobiliza.

de sujeitos com origens rurais, mas também as/os que não possuem essa tradição e encontram na agricultura urbana possibilidades de reconexão com a natureza ou até mesmo outros modos de vida urbano. Ou seja, essas práticas são dotadas de saberes e conhecimentos de sujeitos que possuem experiências prévias sobre o fazer agrícola, mas também aprendem a partir do envolvimento com a terra, com as plantas, com os animais, entre pessoas e com o lugar, no e a partir do cotidiano das cidades. Dessa forma, a agricultura enquanto uma prática espacial urbana lança luz a um conjunto diverso de práticas sociais que apontam para a transformação e a produção de espaços sob lógicas híbridas (rurais e urbanas) nas cidades.

Especificamente sobre as iniciativas coletivas nas periferias, elas tem apresentado e construído em seus territórios alternativas de enfrentamento de diferentes e combinados processos de desigualdade, como o agravamento da insegurança alimentar e da fome, das mudanças climáticas e os decorrentes impactos ambientais, assim como pelas já conhecidas problemáticas das periferias relacionadas às desigualdades socioeconômicas. Em seu conjunto, essas práticas têm contribuído para o acesso à alimentação de qualidade, para a integração, manutenção e conservação de espaços naturais de uso coletivo, para as possibilidades de geração de renda e de trabalho, para a promoção da saúde coletiva<sup>3</sup>, bem como na mobilização social e em ganhos de autonomia.

A agricultura urbana também contribui para a politização do espaço de vida, valorizando o espaço da metrópole “como a esfera da diversidade, do encontro e da troca de experiências que podem se afetar mutuamente” (ALMEIDA, 2016, p. 204). No geral, esses espaços geridos e produzidos coletivamente, “podem alterar a maneira como olhamos para a cidade: não apenas como um lugar para carros, concreto e capital, mas um lugar de diversidade, abertura, coexistência, trocas, cuidado coletivo e ajuda mútua” (CLAUSEN, 2018, n.p.).

---

<sup>3</sup>As iniciativas de agricultura urbana tem mostrado “um caminho para a saúde da população urbana com benefícios que envolvem a autonomia alimentar e a alimentação saudável, o cuidado em saúde, o saneamento e a qualidade ambiental” (SOARES, 2023, p.24). Essas conexões lançam luz nas práticas tradicionais e populares de cultivo, preparo e uso das plantas medicinais; de autocuidado e cuidado comunitário presentes nas iniciativas; no acesso a alimentação de qualidade conectado a agrobiodiversidade e as culturas alimentares; e na promoção de ambientes saudáveis (SOARES, 2023).

Os grupos e coletivos, mesmo com limitações, têm se apropriado do espaço a partir de lógicas que tensionam as formas hegemônicas capitalistas, como as práticas baseadas no fazer junto, nos mutirões, no intercâmbio de saberes e experiências, no apoio mútuo e na recorrente lógica da prestação de favores. As práticas de trocas e doações entre integrantes e com a comunidade do entorno também sugerem que os alimentos e outros produtos têm sido valorizados a partir do seu valor de uso social e se distanciando da lógica da mercadoria.

Ao mesmo tempo, as iniciativas se deparam com questões fundamentais na disputa pela cidade e essenciais para o desenvolvimento da agricultura, como acesso à terra e à água. Essas disputas não só colocam em evidência as discrepâncias de poderes em relação à produção do espaço urbano (como a desigual disputa com o mercado imobiliário), mas também fazem com que os grupos e coletivos compreendam os processos de desigualdades e problemáticas da cidade. Ao entender e buscar mecanismos de acessar a terra, obter a água, insumos e todos os outros recursos materiais, bem como parcerias com instituições e o poder público, os sujeitos se apropriam e se conscientizam sobre a importância de se articularem em rede para construção e fortalecimento de uma luta comum.

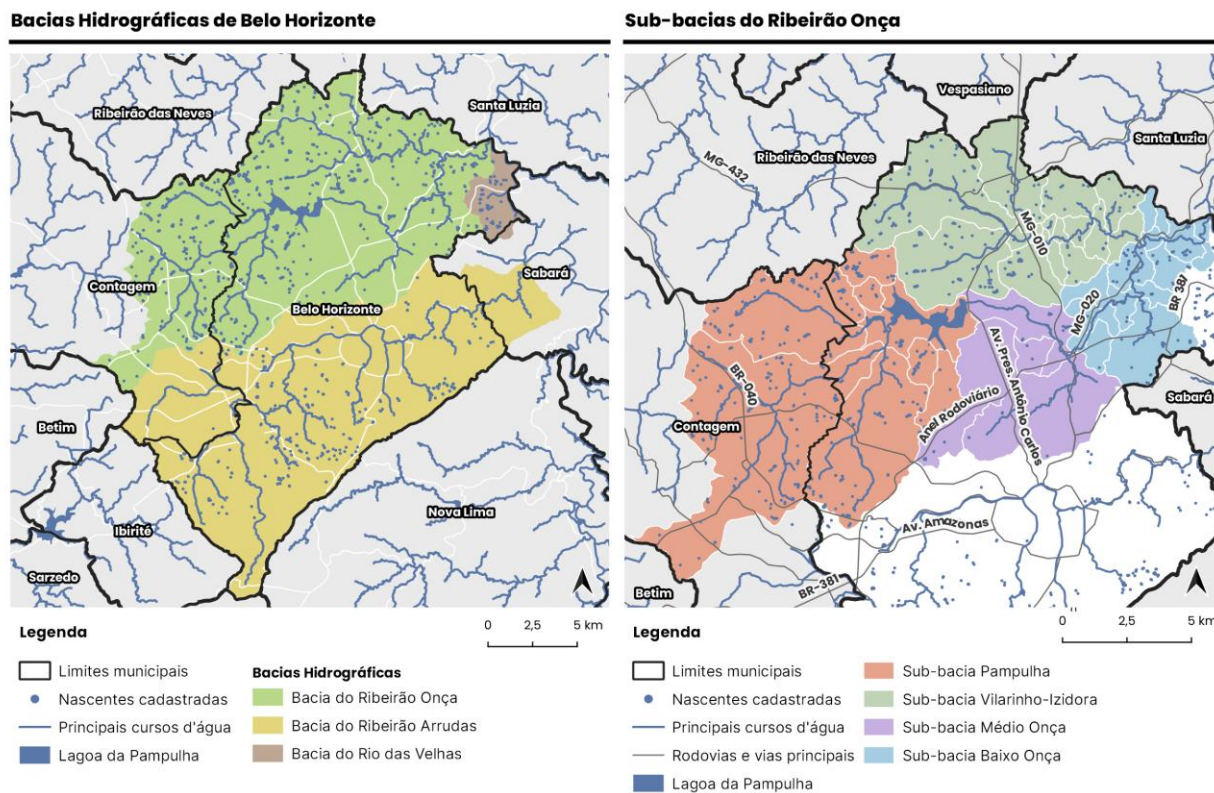
Assim, juntamente com outras práticas nas periferias urbanas - vilas e favelas, ocupações urbanas, conjuntos habitacionais, loteamentos informais, dentre outras, a agricultura urbana se situa nas resistências sociais frente às desigualdades, oferecendo formas criativas e potentes de enfrentamento, de anunciação e politização do/no espaço. Ainda, ajudam a renovar e questionar leituras sobre o urbano e ensinam a vê-lo e a projetá-lo, a partir dos elementos da natureza, como um espaço de vida. Propõem ainda uma forma alternativa de urbanidade, provocando uma reavaliação das concepções que se criaram em torno das periferias urbanas, como o lugar subalterno frente a outros espaços da cidade.

### **Deixem o Onça Beber Água Limpa**

O Baixo Onça está localizado na região norte e nordeste do município de Belo Horizonte (Figura 1), e é uma das quatro sub-bacias do Ribeirão Onça - que ainda se encontra em grande parte em seu leito natural. Esse território, que contempla 47 bairros do município, é reconhecido por diferentes agentes pelos seus bens naturais e pelas mobilizações sociais em torno da requalificação e manutenção ambiental da

região, fortemente conectadas à luta por moradia, infraestrutura urbana e qualidade de vida das/os moradoras/es.

**Figura 1** – Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça e suas sub-bacias.



Projeção: SIRGAS 2000. Fonte das bases cartográficas: IBGE (limites municipais); Prefeitura de Belo Horizonte (cursos d'água, nascentes, limites das bacias e sub-bacias. Disponível em: [bhmap.pbh.gov.br](http://bhmap.pbh.gov.br)); Plano Metropolitano (principais cursos d'água, rodovias e vias principais. Disponível em: [rmbh.gov.br](http://rmbh.gov.br)). Elaboração do autor, 2022.

Fonte: Alencar (2022).

O ribeirão, suas nascentes e vegetação são partes constituintes da paisagem da região e componentes estruturantes da vida cotidiana e da diversidade de formas de ocupação e produção do espaço. Os loteamentos populares, conjuntos habitacionais populares e vilas e favelas junto ao ribeirão, a natureza e as atividades de cultivo realizadas nos quintais das moradias ou nas hortas comunitárias compõem o processo de ocupação do Baixo Onça e impulsionam ações dos movimentos locais atualmente.

A relação com o ribeirão nessa região parte de pontos de vista diferentes que aparentemente são contraditórios, mas que o movimento local, principalmente o movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, se apropria a partir de outra perspectiva, ao encarar o ribeirão em seu curso natural como uma potência para a região. A atual dinâmica urbana das águas do Baixo Onça se estrutura a partir da insuficiente infraestrutura urbana (principalmente de saneamento) combinada com

ocupação das margens de córregos e do Ribeirão Onça e lançamento difuso e pontual de poluentes ao longo da bacia, o que coloca para a região riscos e vulnerabilidades ambientais, com grandes impactos na saúde das/os moradoras/es. Esse cenário ambiental se soma ainda à situação de grande parte da população estar enquadrada em condições de vulnerabilidade socioeconômica, com baixos níveis de renda e acesso limitado a serviços urbanos essenciais.

A ocupação do Baixo Onça se intensificou entre as décadas de 1950 e 1970, caracterizada pela produção de loteamentos baratos e pela ausência de infraestruturas urbanas<sup>4</sup>. Nesse momento houve altas taxas de crescimento populacional em Belo Horizonte com a vinda de migrantes de outros municípios - “a expansão econômica dos anos [19]50 é também uma expansão sem precedentes do espaço urbano de Belo Horizonte, principalmente através da produção de loteamentos” (COSTA, 1994, p. 97). Os lotes comercializados em áreas periféricas da cidade eram relativamente baratos e, ainda assim, lucrativos para seus empreendedores – que se ausentavam na construção das infraestruturas urbanas. A combinação entre a migração e a disponibilidade de lotes baratos permitiu o acesso à terra da população de baixa renda no Baixo Onça, além de ocupações espontâneas e/ou organizadas em áreas ambientalmente frágeis, sem infraestruturas e serviços.

Mesmo com os diferentes assentamentos que compõem o Baixo Onça, sejam eles loteamentos, conjuntos habitacionais verticais e horizontais, ocupações urbanas, dentre outros, houve a continuidade de atividades agrícolas já praticadas anteriormente pelas/os moradoras/es nos quintais e em espaços remanescentes dos loteamentos. A agricultura, além de constituir uma prática cotidiana, foi uma estratégia de subsistência e permanência da população, orientando também as dinâmicas de ocupação do solo. Em meio às práticas agrícolas, atividades de lazer, pesca e banho no ribeirão eram comuns e suas margens se configuravam como um espaço de lazer, sociabilidade e convivência. Se antes mantinha um caráter

---

<sup>4</sup> O processo de ocupação do Baixo Onça está melhor detalhada na dissertação “Nas margens e nas bordas: dissenso e autonomia em torno do Ribeirão Onça” (CARLOS JÚNIOR, 2022). A reconstituição da história socioespacial desse território foi elaborada a partir de uma pesquisa documental, complementada com entrevistas realizadas com integrantes de associações de moradoras/es e do movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa.

predominantemente rural, e a relação entre cidade e natureza se manifestava de modo mais harmônico e imbricado na vida cotidiana, o cenário vai se modificando ao longo dos anos com o avanço da urbanização, poluição das águas do ribeirão e ocupação mais intensa da região.

Com uma infraestrutura incipiente, e muitas vezes construída pelos próprios moradores, em conjunto com o adensamento populacional, se configurou um cenário de escassez de mercados, equipamentos de educação e saúde e longas distâncias a serem percorridas para chegar a centros comerciais. Mesmo nessa periferia, o processo de expansão urbana resultou na ocupação de áreas ambientalmente frágeis, como as margens e encostas do ribeirão. Nesse contexto de aprofundamento das desigualdades sociais e de precariedade urbana surgiram diversas lutas por melhores condições de vida. Associações de moradores e movimentos locais se organizaram diante de um cenário de precariedade urbana e ausência de ações concretas do poder público.

A ausência do Estado em prover melhorias urbanas fez com que as insatisfações com a situação do território culminassem em processos de auto-organização e ajuda mútua entre as/os moradoras/es. Nesses processos, há tanto uma consciência dos problemas urbanos, quanto ganhos de autonomia, isto é, as decisões sobre o que fazer, quais os equipamentos públicos prioritários e como as melhorias iriam ser desencadeadas foram decididas pelos grupos organizados. Isso não legitima a omissão do Estado nem os abusos do capital, mas é fato que os moradores foram aprendendo a lidar com as urgências e dificuldades do cotidiano que refletiram fisicamente e simbolicamente no espaço.

Com as águas do ribeirão poluídas, as atividades de pesca e lazer deixam de compor o cotidiano dos moradores e passam a se tornar motivos de insatisfação graças a recorrentes inundações – o que implica perdas materiais e simbólicas. A poluição do ribeirão não decorre apenas das práticas locais ou do adensamento populacional no Baixo Onça. Em grande medida, ela está relacionada à insuficiência dos sistemas de esgotamento sanitário em outras áreas do município e da região metropolitana. A precariedade generalizada dos sistemas públicos de esgotamento sanitário têm revelado que essa população, composta em grande parte moradores

de baixa renda, vem sofrendo os impactos causados pelas formas hegemônicas de gestão e manejo das águas urbanas.

Diante desse cenário, as pautas que giravam em torno de melhorias urbanas e acesso à terra ganharam teor socioambiental e de preservação da natureza culminando na criação do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa. O movimento, surgido em meio das lutas pela despoluição das águas do ribeirão e enfrentamento das constantes inundações, reúne diversos agentes locais. Através de ações concretas, apresentadas a seguir, as perspectivas sobre o ribeirão estão sendo ressignificadas, resgatando o passado de lazer e interações com as águas e a natureza, para pensar um futuro possível.

Dessa forma, o movimento com intuito de conciliar qualidade de vida e preservação da natureza, vem promovendo diversas manifestações, ações, mutirões, atividades e parcerias com diferentes atores institucionais. Numa articulação com órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte, o movimento consolidou a proposta do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça (Figura 2), que foi desenhada com a participação das/os moradoras/es por meio de oficinas comunitárias de consultas públicas. A proposta prevê um parque com mais de cinco quilômetros de extensão, que carece de acompanhamento e negociações constantes por parte do Movimento, tendo em vista os limites dos recursos públicos e da gestão a médio e longo prazo.

No escopo do parque são previstas uma série de intervenções públicas, como a construção de equipamentos de recreação e lazer, monumentos, travessias, mirantes, áreas de cultivo dentre outros elementos. Além disso, envolve uma série de diretrizes e programas organizados a partir de temáticas específicas, como a reestruturação ambiental, o desenvolvimento local, a acessibilidade e a habitação.

Figura 2 – Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça.



Fonte: Acervo dos autores.

Das remoções previstas na proposta do parque grande parte já foi executada pelos órgãos da prefeitura e acompanhada de perto por lideranças do Movimento, buscando garantir os direitos para essa população. Concomitante ao processo de remoção, integrantes do Movimento articulou ações voltadas à reocupação e à ressignificação desses espaços no cotidiano comunitário, por meio de mutirões autogestionários que resultaram na construção de equipamentos de lazer para as crianças, mirantes, campos de futebol, agroflorestas e hortas comunitárias. E, junto às instituições de apoio a causa socioambiental, como escolas e centros de saúde da

região, vem promovendo a cada ano eventos festivos reforçando a ocupação desses espaços e a conscientização da luta em defesa das águas do ribeirão, da qualidade de vida e a celebração das melhorias conquistadas.

Essas ações no Baixo Onça têm proporcionado uma outra leitura sobre o território, evidenciando que natureza e cidade constituem um processo imbricado, social e natural, como aponta Swyngedouw (2001). A busca por avanços inclui, além dos aspectos já mencionados, a recomposição da mata ciliar ao longo do Onça como um gesto de “*devolver o espaço que já era do rio*”<sup>5</sup>, como expressa uma das lideranças e o fortalecimento do caráter comunitário e autogestionário do parque, de modo que as decisões e a conformação desse território sejam conduzidas pela própria comunidade do Baixo Onça.

O parque pode ser visto como a materialização de um longo período de reivindicações, da consolidação da perspectiva e luta socioambiental do Movimento e síntese de vários elementos da natureza, dentre elas a agricultura e produção de alimentos. Por meio do trabalho coletivo das comunidades, das celebrações e dos encontros entre diferentes lideranças do território, tem se criado outros imaginários sobre a (re)inserção da natureza e transformações na vida cotidiana.

Nesse contexto de retomada e transformação da perspectiva ambiental, própria da constituição desse território, a agricultura vem se colocando como uma estratégia importante na conscientização e mobilização da região. As práticas têm mobilizado diferentes grupos de moradores em localidades distintas do Baixo Onça, impulsionando a criação de espaços coletivos e comunitários que possibilitem o acesso a alimentos saudáveis e a reconexão com a natureza.

### **Hortas comunitárias do Baixo Onça: reinventando a periferia**

No Baixo Onça há um conjunto expressivo de experiências coletivas e comunitárias de agricultura urbana e agroecologia, conduzidas por diferentes organizações, grupos e coletivos atuantes no território (Figura 03 e 04). Alguns deles estão inseridos nas mobilizações e ações do movimento Deixem o Onça Beber Água

---

<sup>5</sup> Esta e outras citações, formatadas em itálico e entre parênteses ao longo do texto, são relatos de integrantes das hortas comunitárias do Baixo Onça, sistematizados a partir das entrevistas realizadas ao longo da elaboração das dissertações que geraram este artigo (entre os anos de 2020 e 2022).

Limpa, e outros se formaram a partir do encontro de moradores/es de bairros localizados mais distantes do Ribeirão Onça. Mesmo que existam essas diferenças de inserção nos movimentos locais, pode-se considerar, assim como alguns integrantes do movimento se referem, que estão *conectados pelas águas do Onça*.

**Figura 3** – Localização das hortas comunitárias do Baixo Onça.



Fonte: Alencar (2022).

**Figura 4** – Hortas comunitárias do Baixo Onça.



Fonte: Acervo dos autores.

As iniciativas apresentam diferentes formas de manejo e cultivo, como plantios diretamente no solo, canteiros elevados, agroflorestas, pequenos pomares, dentre outras. Essa diversidade reflete tanto as condições físicas dos espaços disponíveis quanto os conhecimentos e experiências dos grupos envolvidos. Alguns/algumas integrantes possuem saberes anteriores sobre cultivos agrícolas, mas muitos aprenderam as práticas a partir dos processos formativos oferecidos por instituições e organizações parceiras - “*Meu pai, lá quando eu era criancinha, plantava cana, plantava quiabo, a gente tinha um quintal, né? Mas ele plantava e eu só desfrutava, o contato com a terra eu vim ter aqui. Eu não sabia de nada!*”. Grande parte da produção é destinada ao autoconsumo e de familiares, fortalecendo a segurança alimentar local. Há também práticas de trocas e doações, assim como a comercialização, como vendas em feiras, iniciativa de Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA<sup>6</sup>) e comercialização direta nas hortas.

De forma geral, as hortas do Baixo Onça, para além de espaços de cultivo e criação animal, também configuram-se como extensões dos espaços educativos e de convivência, cumprindo papéis importantes na promoção da saúde mental, do lazer e da sociabilidade, bem como espaços de educação ambiental - as hortas recebem com frequência estudantes das escolas localizadas na região.

*Eu acho isso interessante [sobre hortas comunitárias], que é uma forma das pessoas tirarem sua alimentação. Muitas pessoas que já aposentaram, também ter uma atividade, alguma coisa para fazer. Pessoas que vieram do interior também. Eu vim mas não mexia com plantações. Tinha minhas plantinhas em casa, eu sempre gostei. Então quando surgiu a oportunidade disso aqui, eu empolguei. Eu não sei nada, mas empolgação eu tenho! (como relatado por integrante de uma das hortas).*

As experiências localizadas no Baixo Onça apontam para uma nova forma de ativismo na escala local e a partir dos lugares que estão inseridas, seja pela ocupação

---

<sup>6</sup> A CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) é um modelo de comercialização de alimentos, em que há a associação entre consumidores e agricultoras/es. Os consumidores são denominados coprodutores, uma vez que se comprometem com um pagamento mensal e, em contrapartida, os agricultores fornecem periodicamente a sua produção sob a forma de cestas. Em sua maioria, as CSAs adotam práticas agroecológicas, garantindo alimentos de qualidade e sem utilização de insumos químicos. O objetivo deste modelo é que haja a construção de um trabalho coletivo, baseado em uma comunidade que possua laços de confiança e colaboração, em que agricultoras/es e coprodutores assumam funções específicas para a manutenção do sistema e estreitem suas relações (MELO; FREITAS; CALBINO, 2020).

de espaços públicos, ultrapassando as esferas institucionais e aprofundando as discussões acerca das dinâmicas urbanas, principalmente as de disputa da cidade.

As coletividades criadas caminham para a construção de um agir dos sujeitos que apontam para uma ampliação da ação organizada que impacta a gestão e a produção da cidade, e representam também o desejo vívido de construir uma cidade mais sustentável, acessível e com foco na qualidade de vida (BLAZOTI; SORRENTINO, 2022). A agricultura nessas experiências apontam ainda para uma possível transformação de hábitos e valores, que podem e devem reverberar nos espaços. O conhecimento compartilhado em hortas comunitárias vai do cultivo orgânico, da biodiversidade e do *faça você mesmo* até as políticas urbanas, o engajamento da vizinhança e a mobilização comunitária (CLAUSEN, 2018).

Experiências que se baseiam nesse tipo de organização também lidam com problemas relacionados às formas de encaminhar, negociar e conviver com diversas motivações e objetivos individuais. Isso se expressa nos momentos de decisão sobre a gestão do espaço, na escolha de quais formas de produção serão praticadas, nas escolhas das espécies, nos enfoques da destinação da produção, quais parcerias serão construídas, dentre tantos outros elementos vivenciados no cotidiano das hortas - *“são pontos de vista diferentes, valores diferentes. E na hora de encaixar essas peças, dá um trabalhinho”*.

O acesso à água para irrigação também configura um problema a ser enfrentado pelos grupos e coletivos. Esse tema tem impulsionado processos de politização e de articulação entre os coletivos e órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte, com vistas à construção de soluções conjuntas e sustentáveis para o uso da água. Ao mesmo tempo, em muitas hortas há nascentes sendo cuidadas e recuperadas pelos trabalhos das/os agricultoras/es - *“normalmente a água secava, no mês de junho e julho. Agora, o mês pode estar mais seco possível, a água continua correndo o ano todo”*. Somado a isso, as práticas agroecológicas e as ações conjuntas têm favorecido o reflorestamento e recuperação ambiental. Dessa forma, as iniciativas ajudam a desconstruir a ideia de uma “natureza intocada”, reforçando o uso sustentável e socialmente justo dos recursos naturais.

*É uma atividade gostosa de fazer. É como se fosse um lazer. Eu gosto muito de vir aqui. Acho muito bacana as plantas germinarem e crescerem. Até chegar o ponto de dar frutos. Outras que dão frutos periodicamente, já tão adultas. Sentir aquilo ali, o cheiro das flores. Pra*

*mim aquilo é vida. É muito importante tá num ambiente natural assim. Pra mim é fundamental. Eu venho praqui com prazer. A gente sabe que é uma atividade pesada, mas é um pesado prazeroso [...]. Eu costumo dizer que cuidar da planta é como cuidar de um filho. Seu filho nasce, você começa cuidando dele, depois ele fica mais independente. Mas ce tá sempre querendo cuidar dele. A planta é a mesma coisa. Tá querendo acompanhar ela, ver o que pode acontecer com ela. Proteger ela do sol, da chuva quando vem demais. Cuidar da fertilização do solo para ela ter uma vida saudável. Esse cuidado é muito gratificante. Cuidar da natureza, que fazemos parte dela (integrante de uma das hortas em entrevista).*

O processo de compreensão das dinâmicas do entorno e dos processos mais ampliados da cidade e da natureza, como entender e buscar mecanismos de acessar a terra, obter a água, insumos e todos os outros recursos materiais, assim como lidar com as diferenças entre os integrantes da experiência coletiva e relações com instituições e poder público, apontam para uma politização dos sujeitos e de suas práticas. Ou seja, as hortas passam a ser um espaço mediador de um processo de conhecimento e de apropriação dos problemas que surgem a partir da auto-organização nos territórios.

Mesmo que os grupos e coletivos atuam em contextos micro-locais distintos, as iniciativas se reconhecem como parte de um mesmo território e movimento. Há um conhecimento mútuo entre as hortas do Baixo Onça e uma percepção compartilhada de pertencimento expressa em falas como: “*estamos conectadas/os pelo Onça e seus afluentes*”. Essas práticas vêm fortalecendo laços comunitários, redes de solidariedade e o engajamento político em torno da agricultura urbana e de um projeto de território.

### **Considerações finais**

O Baixo Onça exemplifica como a urbanização é também uma disputa política e ecológica, em que a natureza se torna um campo de reivindicação e de reinvenção do urbano. De forma geral, essas hortas comunitárias tem oferecido para o entorno e para a cidade segurança alimentar e nutricional, saúde coletiva, oportunidades de trabalho e geração de renda, assim como a inclusão social, o desenvolvimento comunitário, a reciclagem de resíduos, mantendo e criando espaços verdes sociobiodiversos.

Além disso, tem-se construído redes de apoio e de construção de pautas para transformação das realidades vividas que caminham para a politização dos sujeitos e dos espaços, como práticas coletivas centradas no valor de uso, contribuindo para

consolidar alternativas de transformação da vida cotidiana na cidade. O conjunto de experiências do Baixo Onça, assim como tantas outras presentes nas cidades brasileiras e no mundo, renovam e questionam as relações entre natureza e cidade, assim como ensina a vê-las e imaginá-las a partir dos elementos da natureza, em especial terra, biodiversidade e água, (re)colocando o urbano como espaço de vida e ampliando a ideia de direito à cidade, incorporando a consolidação de outros direitos.

### Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelas bolsas que contribuíram para o suporte financeiro das pesquisas.

### Referências

ALENCAR, V.G.S.L. **Semeando e cultivando a agroecologia na metrópole de Belo Horizonte**: agriculturas do Baixo Onça. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais – MG, Belo Horizonte, 2022.

ALMEIDA, D. A. O. **Isto e aquilo**: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Minas Gerais – MG, Belo Horizonte, 2016.

BIAZOTI, A.R.; SORRENTINO, M. Engajamento político na agricultura urbana: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 25, p. 1–20, 2022.

CARLOS JÚNIOR, J.C. Nas margens e nas bordas: dissenso e autonomia em torno do Ribeirão Onça. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Minas Gerais – MG, Belo Horizonte, 2022.

CASADEVANTE KOIS, J.L.F.; MORÁN, N. **Raíces en el asfalto**: pasado, presente y futuro de la agricultura urbana. 2. ed. Madri: Ecologistas en Acción, 2016.

CLAUSEN, M. A cidade é nossa horta. Belo Horizonte, **PISEAGRAMA**, 2018.

COSTA, H. Natureza e Cidade na periferia: ampliando o direito à cidade. In: COSTA, G.; COSTA, H.; MONTE-MÓR, R. (Orgs.). **Teorias e práticas urbanas**: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 41-54.

COSTA, H.S.M. Questão ambiental, natureza e direito à cidade. In: SANTOS JUNIOR, O.A.; PINHEIRO, V.; NOVAES, P.R. (Orgs.). **Caderno de Formação**: o Direito à Cidade, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as Políticas Públicas. Rio de Janeiro: FNUR; IBUR; Observatório das Metrópoles, 2021. p. 148–153.

HEYNEN, N.; KAIKA, M.; SWYNGEDOUW, E. **In the nature of cities**: Urban political ecology and the politics of urban metabolism. Londres; Nova York: Routledge, 2006.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

- LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- MARX, K. **O Capital - livro I: O processo de produção do capital**. 2. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.
- MELO, A.M.; FREITAS, A.L.; CALBINO, D. Comunidade que sustenta a agricultura (csa): o que sustenta a comunidade? **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 12, p. 539–562, 2022.
- MOUGEOT, L. J. A. Agricultura Urbana - conceito e definição. **Revista de Agricultura Urbana**, 1, Resource Centre on Urban Agriculture and Forestry - RUAF, 2000.
- MOUGEOT, Luc J. A. **Agropólis: the social, political and environmental dimensions of urban agriculture**. Londres; Sterling; International Development Research Centre (IDRC), 2005.
- MONTE-MÓR, R. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: COSTA, G.; COSTA, H.; MONTE-MÓR, R. (Orgs.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. P 55-69.
- SANTANDREU, A.; LOVO, I.C. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes políticas para sua promoção. Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Belo Horizonte: REDE, IPES/RUAF, 2007.
- SANTOS, M. Por uma economia política da cidade. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. p.115-145.
- SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SOARES, L. (Org.). **Agriculturas urbanas agroecológicas e promoção da saúde: fortalecendo diálogos, memórias e redes**. Rio de Janeiro: Fiocruz; ANA, 2023.
- SOJA, E.W. Para além de Postmetropolis. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 136–167, 2013.
- Swyngedouw, E. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-cyborg”. In: Acselrad, H. (Org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Editora e CREA-RJ, 2001. p. 83-104.
- VEENHUIZEN, R. **Cities Farming for the Future: Urban Agriculture for Green and Productive Cities**. Philippines: RUAF Foundation, 2006.
- WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, [s. l.], v. 29, n. 4, p. 503–515, 2009.